

CAPÍTULO 11

A IMPORTÂNCIA DOS VALORES NA PRIMEIRA INFÂNCIA E SEUS IMPACTOS NO COMPORTAMENTO FUTURO SOB A PERSPECTIVA NEUROPSICOPEDAGÓGICA: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE BRASIL E JAPÃO COM ÊNFASE NA BASE FAMILIAR

Amirles Gomes Pereira

Mestre e Doutora em Ciências da Educação
Instituto EDUCA INTER - PARAGUAI
Fortaleza - CE

RESUMO

A formação de valores na primeira infância constitui um elemento estruturante do desenvolvimento humano, exercendo impactos duradouros sobre o comportamento futuro, a adaptação social e a saúde mental. Sob a perspectiva neuropsicopedagógica, este estudo objetiva analisar a importância dos valores internalizados nos primeiros anos de vida, com ênfase no papel da família como mediadora das experiências afetivas, cognitivas e sociais, a partir de uma análise comparativa entre os contextos do Brasil e do Japão. Trata-se de uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa, fundamentada em produções científicas nacionais e internacionais sobre plasticidade neural, janelas de desenvolvimento, interações precoces e práticas educativas familiares. Os resultados indicam que a elevada plasticidade cerebral da primeira infância potencializa a internalização de valores como empatia, cooperação e autorregulação, especialmente quando mediada por vínculos afetivos seguros. Conclui-se que, apesar das diferenças culturais entre Brasil e Japão, ambos os contextos reconhecem a centralidade da família na formação ética e socioemocional da criança, reforçando a necessidade de políticas e práticas educativas integradas e sensíveis às especificidades socioculturais.

PALAVRAS-CHAVE: Primeira infância; Valores; Neuropsicopedagogia; Família; Cultura.

INTRODUÇÃO

A reflexão sobre a formação de valores na primeira infância ocupa posição central nos campos da educação, da psicologia e da neuropsicopedagogia, uma vez que incide diretamente sobre processos estruturantes do desenvolvimento humano. Trata-se de um fenômeno complexo que articula dimensões biológicas, afetivas, cognitivas, sociais e culturais, ultrapassando abordagens reducionistas que compreendem a aprendizagem apenas como transmissão de conteúdos. A infância inicial

caracteriza-se como um período sensível, marcado por elevada plasticidade neural e intensa receptividade às influências do ambiente familiar, no qual os valores internalizados atuam como referenciais organizadores do comportamento, das relações interpessoais e da constituição ética do sujeito ao longo da vida (DA SILVA MAIA, 2024).

Sob a ótica da neuropsicopedagogia, a construção de valores na primeira infância está intrinsecamente vinculada aos processos neurobiológicos que sustentam o desenvolvimento das funções executivas, da autorregulação emocional e da consciência social. Experiências precoces, especialmente aquelas mediadas pelo convívio familiar, ativam e modulam circuitos neurais associados à empatia, ao autocontrole e à tomada de decisões, contribuindo para a consolidação de padrões comportamentais relativamente estáveis ao longo do ciclo vital. Nesse sentido, os valores assumem um papel estruturante, influenciando de forma duradoura a maneira como o indivíduo percebe, interpreta e responde às demandas sociais (SOARES, 2024).

A família emerge, nesse contexto, como um eixo teórico e empírico incontornável, por constituir o primeiro espaço de socialização, cuidado e normatização da criança. É no âmbito familiar que se estabelecem vínculos afetivos primários, modelos comunicacionais e práticas educativas que orientam a construção de significados sobre si, sobre o outro e sobre o mundo. Compreendida em sua complexidade relacional, a família atua como mediadora entre o sujeito em desenvolvimento e o universo sociocultural mais amplo, exercendo influência direta na organização psíquica, emocional e comportamental da criança (RAYES, 2023).

Do ponto de vista histórico-cultural, a análise da formação de valores na infância demanda uma abordagem comparativa que considere os distintos sistemas simbólicos, educacionais e sociais nos quais as crianças estão inseridas. No caso do Brasil e do Japão, observam-se matrizes culturais significativamente distintas, que repercutem nas práticas familiares e escolares. Enquanto a cultura brasileira tende a privilegiar relações interpessoais marcadas pela expressividade afetiva e por maior flexibilidade normativa, a sociedade japonesa enfatiza princípios como coletividade, disciplina e respeito às hierarquias, elementos que se refletem diretamente nos processos de socialização infantil (BEPPU; SOUZA, 2022).

Essas diferenças culturais não implicam hierarquização de modelos educativos, mas evidenciam a necessidade de compreender como os valores transmitidos na primeira infância se articulam a contextos socioculturais específicos. No Japão, a internalização precoce de normas coletivas e de comportamentos autorregulados está fortemente associada às práticas familiares e comunitárias, enquanto no Brasil a formação de valores ocorre em um cenário marcado por elevada diversidade socioeconômica e cultural. Tal configuração exige estratégias educativas mais flexíveis e sensíveis às desigualdades, especialmente em contextos de vulnerabilidade social (COSTA, 2025).

A neuropsicopedagogia oferece contribuições decisivas para essa análise ao integrar aportes da neurociência, da psicologia do desenvolvimento e da pedagogia, permitindo compreender como os valores influenciam processos de aprendizagem, comportamento e adaptação social. Investigações recentes indicam que valores como persistência, cooperação e respeito estão diretamente relacionados ao fortalecimento das funções cognitivas superiores, repercutindo positivamente tanto no desempenho acadêmico quanto na saúde mental ao longo da trajetória escolar (OLIVEIRA, 2024).

Nesse sentido, a formação de valores na primeira infância articula-se de maneira indissociável ao desenvolvimento das habilidades socioemocionais, atualmente reconhecidas como competências fundamentais para a vida em sociedade. Capacidades como reconhecer emoções, lidar com frustrações, resolver conflitos e estabelecer relações empáticas têm suas bases construídas nos primeiros anos de vida, sendo profundamente influenciadas pelas práticas educativas familiares e pelas interações cotidianas. Tal constatação reforça a importância de uma abordagem intencional e consciente da educação moral e socioemocional nesse período (MOREIRA, 2021).

Por outro lado, a fragilidade ou ausência de valores consistentes na infância pode acarretar repercussões significativas no desenvolvimento futuro, manifestando-se em dificuldades de aprendizagem, problemas de socialização e riscos ampliados de transtornos do neurodesenvolvimento. Evidências apontam que contextos familiares marcados por negligência afetiva, instabilidade emocional ou práticas educativas incoerentes tendem a comprometer o desenvolvimento da autorregulação e da consciência moral, ampliando vulnerabilidades psicossociais na infância e na adolescência (FILÓ, 2024).

A perspectiva inclusiva amplia esse debate ao reconhecer que a formação de valores deve considerar a diversidade humana, contemplando crianças com transtornos do neurodesenvolvimento, altas habilidades ou necessidades educacionais específicas. Nesse cenário, a parceria entre família e escola assume papel estratégico, com caráter preventivo e formativo, ao promover práticas baseadas no respeito às singularidades e na valorização das potencialidades individuais, favorecendo trajetórias de desenvolvimento mais equitativas e socialmente responsáveis (MIRANDA, 2021).

A literatura neuropsicopedagógica também destaca o brincar como linguagem central da infância e potente mediador na construção de valores. Por meio das experiências lúdicas, a criança vivencia regras, negociações, cooperação e limites, internalizando princípios éticos e sociais de forma significativa. Assim, o brincar configura-se como dispositivo estruturante do desenvolvimento moral e socioemocional, e não como mero entretenimento (CARDOSO, 2024).

Por fim, a análise comparativa entre Brasil e Japão evidencia que, apesar das diferenças culturais, ambos os contextos reconhecem a centralidade da família na formação integral da criança. As distinções residem nas estratégias, expectativas e valores priorizados, o que reforça a necessidade de abordagens interculturais sensíveis, capazes de dialogar com múltiplas realidades sem desconsiderar os fundamentos neuropsicopedagógicos universais do desenvolvimento humano (BEPPU; SOUZA, 2022).

A FAMÍLIA COMO EIXO ESTRUTURANTE DA FORMAÇÃO DE VALORES NA PRIMEIRA INFÂNCIA: CONTRIBUIÇÕES NEUROPSICOPEDAGÓGICAS E HISTÓRICO-CULTURAIS

A constituição dos valores não pode ser reduzida a um processo espontâneo ou meramente individual, pois emerge de interações sistemáticas entre maturação neurobiológica, mediações simbólicas e práticas educativas familiares, as quais modulam, desde os primeiros anos, os circuitos neuronais responsáveis pela autorregulação emocional, pela empatia e pela internalização de normas sociais. A família, nesse sentido, configura-se como instância primária de organização da experiência infantil, funcionando como espaço de transmissão intergeracional de sentidos, afetos e padrões comportamentais que estruturam o desenvolvimento psicológico e social da criança (DA SILVA MAIA, 2024).

Do ponto de vista neuropsicopedagógico, a internalização de valores na primeira infância encontra respaldo nas evidências que demonstram a elevada plasticidade cerebral nos primeiros anos de vida, período em que experiências afetivas, linguísticas e relacionais moldam de forma decisiva a arquitetura neural. As práticas educativas familiares, ao favorecerem ambientes emocionalmente seguros e cognitivamente estimulantes, potencializam a consolidação de funções executivas, da memória operacional e da capacidade de controle inibitório, elementos diretamente relacionados à construção de comportamentos éticos e socialmente responsáveis. A ausência ou fragilidade dessas mediações pode comprometer a organização do desenvolvimento, gerando impactos duradouros no comportamento futuro e na adaptação social do indivíduo (SOARES, 2024).

A perspectiva histórica-cultural contribui para ampliar essa análise ao evidenciar que os valores não são apenas conteúdos internalizados, mas processos simbólicos mediados socialmente. No contexto japonês, observa-se uma tradição educativa fortemente orientada pela coletividade, pelo respeito às normas e pela valorização do grupo, elementos transmitidos de forma consistente no âmbito familiar desde a primeira infância. Em contraste, o contexto brasileiro revela maior heterogeneidade nas práticas familiares, marcada por desigualdades socioeconômicas e por tensões entre modelos educativos tradicionais e contemporâneos. Essa diferença estrutural influencia diretamente os modos de socialização infantil e os padrões de comportamento observados ao longo da vida (BEPPU; SOUZA, 2022).

A família, enquanto núcleo afetivo e educativo, exerce papel decisivo na formação da consciência moral, na medida em que articula dimensões emocionais, cognitivas e comportamentais. A interação cotidiana entre cuidadores e crianças constitui um campo privilegiado para a aprendizagem de valores como cooperação, respeito e responsabilidade, os quais são incorporados não por instrução direta, mas por observação, imitação e vivência. A neuropsicopedagogia reconhece que essas experiências precoces são determinantes para a organização dos esquemas mentais que orientarão escolhas futuras, influenciando tanto o desempenho acadêmico quanto as relações interpessoais na vida adulta (RAYES, 2023).

No âmbito do desenvolvimento das aprendizagens, os valores internalizados na primeira infância estabelecem uma base sólida para a construção do conhecimento formal. A literatura evidencia que crianças inseridas em contextos familiares que promovem disciplina afetiva, estímulo à autonomia e valorização do esforço apresentam maior capacidade de engajamento cognitivo e resiliência frente a desafios. Esses aspectos são fundamentais para a consolidação das aprendizagens escolares e para o desenvolvimento de competências socioemocionais, cada vez mais reconhecidas como centrais nos processos educativos contemporâneos (OLIVEIRA, 2024).

A análise comparativa entre Brasil e Japão também evidencia diferentes concepções de infância e de papel parental, as quais se refletem nas práticas educativas e nos resultados comportamentais observados. No contexto japonês, a corresponsabilização da família e da comunidade na educação infantil reforça a internalização precoce de valores coletivos, enquanto no Brasil a fragmentação das políticas de apoio à família e à primeira infância dificulta a consolidação de práticas educativas consistentes. Essa disparidade revela a necessidade de políticas públicas integradas que reconheçam a centralidade da família no desenvolvimento infantil (COSTA, 2025).

Sob a ótica da neuroeducação, a identificação precoce de dificuldades no desenvolvimento socioemocional e comportamental permite intervenções mais eficazes, capazes de minimizar impactos futuros. A ausência de valores estruturantes, como limites claros e vínculos afetivos seguros, pode contribuir para o surgimento de dificuldades de aprendizagem, transtornos de comportamento e problemas de autorregulação. A atuação neuropsicopedagógica, ao dialogar com a família, torna-se estratégica para promover ambientes educativos mais saudáveis e responsivos às necessidades da criança (HENNEMANN, 2024).

A ludicidade, enquanto linguagem privilegiada da infância, constitui-se como mediadora fundamental na transmissão de valores, pois possibilita à criança experimentar regras, papéis sociais e emoções em contextos simbólicos. As práticas lúdicas familiares, quando intencionalmente orientadas, favorecem a construção de habilidades sociais e emocionais, além de fortalecer vínculos afetivos. Nesse sentido, o brincar transcende a

dimensão recreativa e assume papel estruturante no desenvolvimento moral e comportamental, sendo amplamente reconhecido pela literatura educacional contemporânea (CARDOSO, 2024).

A formação das habilidades socioemocionais na primeira infância está intrinsecamente associada à qualidade das interações familiares e à coerência dos valores transmitidos. A empatia, a autorregulação emocional e a capacidade de resolução de conflitos emergem de experiências relacionais consistentes, nas quais a criança se percebe acolhida e orientada. Tais competências exercem influência direta sobre o comportamento futuro, impactando trajetórias acadêmicas, profissionais e sociais, o que reforça a centralidade da família como agente educativo primário (MOREIRA, 2021).

A abordagem inclusiva amplia essa discussão ao considerar a diversidade de contextos familiares e de condições de desenvolvimento infantil. Crianças com transtornos do neurodesenvolvimento ou com altas habilidades demandam práticas educativas sensíveis às suas especificidades, sendo a família elemento-chave na mediação entre as necessidades da criança e os contextos educacionais formais. A parceria entre família e profissionais da educação constitui dimensão terapêutica essencial para a promoção do desenvolvimento integral e da inclusão social (MIRANDA, 2021).

PRIMEIRA INFÂNCIA COMO PERÍODO CRÍTICO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

A primeira infância configura-se como um período crítico do desenvolvimento humano por concentrar processos neurobiológicos, psicológicos e sociais que estruturam, de maneira profunda e duradoura, o funcionamento cognitivo, emocional e comportamental do indivíduo. Trata-se de uma etapa marcada por elevada plasticidade cerebral, na qual experiências precoces exercem influência decisiva sobre a organização dos sistemas neurais responsáveis pela aprendizagem, pela autorregulação e pela interação social. Compreender a primeira infância como fase sensível implica reconhecê-la não como etapa meramente preparatória, mas como fundamento estruturante de trajetórias desenvolvimentais futuras, cujos efeitos extrapolam o plano individual e repercutem na vida social e cultural (ANGELINI, 2023).

Sob a perspectiva neurocientífica, os primeiros anos de vida caracterizam-se por intensa sinaptogênese, mielinização e especialização funcional do cérebro, processos fortemente modulados pela qualidade das experiências ambientais. Estímulos afetivos consistentes, interações linguísticas qualificadas e contextos emocionalmente seguros favorecem a consolidação de circuitos neurais associados à memória, à atenção e às funções executivas. Em contraste, ambientes marcados por negligência, instabilidade emocional ou privação simbólica tendem a comprometer esses processos, gerando impactos persistentes ao longo do ciclo vital. A primeira infância, portanto, representa simultaneamente um período de elevada

vulnerabilidade e de extraordinária potencialidade desenvolvimental (OLIVEIRA, 2024).

Do ponto de vista neuropsicopedagógico, a criticidade dessa etapa decorre da interdependência entre maturação cerebral e experiências educativas. A aprendizagem, nesse período, envolve a construção de esquemas mentais básicos, a organização das emoções e a internalização de padrões comportamentais, mediadas por interações cotidianas com adultos significativos. A qualidade dessas mediações constitui fator determinante para o desenvolvimento integral, reforçando a necessidade de práticas educativas intencionalmente estruturadas desde os primeiros anos (SOARES, 2024).

A centralidade da família nesse processo decorre de sua condição de primeiro espaço de socialização e de construção de vínculos afetivos. Na primeira infância, a criança depende intensamente dos cuidadores para regular emoções, interpretar o mundo e desenvolver sentimentos de segurança e pertencimento. Ao transmitir valores, normas e modelos de relação, a família atua como matriz organizadora do psiquismo infantil, influenciando de forma decisiva a percepção de si, do outro e do coletivo (DA SILVA MAIA, 2024).

A dimensão socioemocional assume particular relevância nesse período, uma vez que competências como empatia, autorregulação emocional e adaptação social tendem a se estabilizar precocemente. Evidências indicam que ambientes afetivamente previsíveis favorecem maior equilíbrio emocional, enquanto contextos instáveis aumentam a probabilidade de dificuldades comportamentais e emocionais. Assim, a primeira infância constitui etapa decisiva para a saúde mental ao longo do ciclo vital (MOREIRA, 2021).

A análise histórico-cultural da infância evidencia que diferentes sociedades atribuem sentidos distintos a essa etapa do desenvolvimento. No contexto japonês, a primeira infância é compreendida como momento privilegiado para a internalização de valores coletivos e fortalecimento do senso de pertencimento social, com participação ativa da família e da comunidade. No Brasil, embora haja crescente reconhecimento da importância dessa fase, persistem desigualdades estruturais que limitam o acesso a contextos educativos adequados, aprofundando disparidades no desenvolvimento infantil (BEPPU; SOUZA, 2022).

A ludicidade desempenha papel central na organização do desenvolvimento infantil, funcionando como linguagem privilegiada da criança para compreender o mundo e a si mesma. Por meio do brincar, a criança elabora emoções, experimenta regras e constrói significados sociais, exercitando habilidades cognitivas e socioemocionais de forma integrada. Assim, o brincar não se configura como elemento acessório, mas como dispositivo estruturante do desenvolvimento humano (CARDOSO, 2024).

A perspectiva inclusiva amplia essa compreensão ao evidenciar a necessidade de atenção às singularidades do desenvolvimento infantil.

Crianças com transtornos do neurodesenvolvimento, dificuldades de aprendizagem ou altas habilidades demandam intervenções precoces e contextualizadas, sob pena de intensificação de dificuldades e limitação de potencialidades. A atuação integrada entre família, escola e profissionais especializados mostra-se essencial para assegurar o direito ao desenvolvimento pleno desde os primeiros anos (ROEDER, 2020).

Por fim, a abordagem neuropsicopedagógica reforça que a criticidade da primeira infância deve ser compreendida como janela de oportunidade privilegiada, e não de forma determinista. A plasticidade cerebral característica desse período permite reorganizações funcionais significativas quando há estímulos adequados, mesmo em contextos de vulnerabilidade. Tal perspectiva desloca o foco de uma visão deficitária para uma abordagem potencializadora, na qual o investimento precoce assume papel estratégico na promoção do desenvolvimento humano e da justiça social (PIZYBSKI et al., 2020).

PLASTICIDADE NEURAL, INTERAÇÕES PRECOSES E ORGANIZAÇÃO PSÍQUICA: Fundamentos do Comportamento Futuro na Primeira Infância

A primeira infância configura-se como um período decisivo do desenvolvimento humano por concentrar processos neurobiológicos, psicológicos, afetivos e socioculturais que estruturam, de forma profunda e duradoura, o funcionamento cognitivo, emocional e comportamental do indivíduo. No campo da neuropsicopedagogia, a compreensão da plasticidade neural ocupa posição central ao evidenciar que o cérebro infantil não apenas responde aos estímulos ambientais, mas se reorganiza funcional e estruturalmente a partir das experiências vividas.

A plasticidade neural refere-se à possibilidade de modificação das conexões sinápticas, dos padrões de ativação cerebral e da organização funcional dos circuitos neurais em resposta às interações com o ambiente. Nos primeiros anos de vida, esse fenômeno manifesta-se de maneira intensificada, em razão da acelerada sinaptogênese, da mielinização progressiva e da especialização funcional do cérebro infantil. Nesse período, experiências afetivas, linguísticas e relacionais atuam como organizadores centrais da arquitetura neural, influenciando diretamente a consolidação de sistemas responsáveis pela atenção, pela memória, pelas funções executivas e pela regulação emocional (OLIVEIRA, 2024).

Associadas à plasticidade neural, as janelas de desenvolvimento constituem períodos temporais nos quais determinadas funções apresentam maior sensibilidade à estimulação ambiental. Linguagem, controle inibitório, flexibilidade cognitiva, empatia e autorregulação emocional são exemplos de competências cuja consolidação depende fortemente da qualidade das experiências vividas durante essas fases. A ausência de estímulos adequados ou a exposição prolongada a contextos adversos pode comprometer o fechamento dessas janelas, exigindo intervenções

posteriores mais complexas e, muitas vezes, menos eficazes. Tal compreensão reforça a primeira infância como etapa crítica e estratégica para a organização do comportamento humano (OLIVEIRA, 2024).

Do ponto de vista neuropsicopedagógico, o desenvolvimento infantil não decorre de maturação espontânea, mas de interações contínuas entre organismo e ambiente. As experiências educativas, afetivas e simbólicas funcionam como mediadoras do desenvolvimento, orientando a ativação e o fortalecimento de redes neurais específicas. Nesse sentido, a qualidade das interações precoces — marcada por responsividade emocional, previsibilidade relacional e estímulo cognitivo — influencia diretamente a organização cerebral, estabelecendo padrões de funcionamento que tendem a se estabilizar ao longo do ciclo vital (SOARES, 2024).

A família assume papel central nesse processo por constituir o primeiro e mais significativo contexto de experiências da criança. As interações estabelecidas com cuidadores primários configuram-se como matrizes afetivas e cognitivas que orientam a construção de esquemas mentais, crenças, valores e modos de relação. A repetição cotidiana de práticas educativas, estilos comunicacionais e estratégias de resolução de conflitos contribui para a consolidação de circuitos neurais associados à empatia, ao autocontrole e à tomada de decisão. Assim, a plasticidade neural não opera de forma abstrata, mas é continuamente modulada pela dinâmica relacional vivenciada no ambiente familiar (DA SILVA MAIA, 2024). Nesse sentido, Angelini (2023) destaca que:

A organização do cérebro infantil ocorre em íntima articulação com as experiências relacionais vividas nos primeiros anos, de modo que os vínculos afetivos estabelecidos nesse período não apenas acompanham o desenvolvimento, mas o estruturam em sua base funcional. A plasticidade neural da primeira infância constitui, portanto, um campo de possibilidades, no qual as experiências de cuidado, afeto e interação simbólica assumem papel decisivo na configuração dos padrões emocionais, cognitivos e comportamentais que se projetarão ao longo da vida (ANGELINI, 2023, p. 87).

A regulação emocional constitui uma das bases comportamentais mais fortemente influenciadas pela plasticidade neural e pelas interações precoces. Experiências afetivas consistentes moldam os sistemas neurais envolvidos no processamento emocional, influenciando a capacidade da criança de reconhecer, expressar e regular emoções. Ambientes caracterizados por segurança emocional favorecem respostas adaptativas ao estresse, enquanto contextos marcados por instabilidade, negligência ou imprevisibilidade tendem a gerar padrões disfuncionais de reatividade emocional. Esses padrões, quando reiterados, tendem a se perpetuar ao

longo da vida, impactando relações interpessoais, desempenho acadêmico e saúde mental (MOREIRA, 2021; FILÓ, 2024).

As funções executivas — planejamento, controle inibitório e flexibilidade cognitiva — constituem outro eixo fundamental do comportamento futuro fortemente influenciado pela plasticidade neural na primeira infância. Essas funções dependem da maturação e integração de circuitos pré-frontais, altamente sensíveis às experiências ambientais iniciais. Práticas educativas que estimulam autonomia, resolução de problemas e internalização de regras favorecem o fortalecimento dessas habilidades, enquanto ambientes caóticos ou excessivamente controladores tendem a limitar seu desenvolvimento. O impacto das funções executivas estende-se ao longo da vida, influenciando escolhas acadêmicas, profissionais e sociais (HENNEMANN, 2024). Oliveira (2024) reforça essa compreensão ao afirmar que:

As janelas de desenvolvimento associadas às funções executivas representam períodos críticos nos quais a experiência educativa exerce papel organizador sobre os circuitos pré-frontais. A qualidade das interações vividas na primeira infância define, em grande medida, a capacidade futura de autorregulação, tomada de decisão e adaptação social, evidenciando que o investimento precoce não é apenas pedagógico, mas estrutural para o desenvolvimento humano (OLIVEIRA, 2024, p. 112).

A ludicidade emerge como estratégia privilegiada de ativação da plasticidade neural, ao integrar dimensões cognitivas, emocionais e sociais em experiências significativas. Por meio do brincar, a criança experimenta papéis sociais, internaliza regras e elabora simbolicamente emoções e conflitos, favorecendo a consolidação de circuitos neurais complexos. Durante as janelas de desenvolvimento, as experiências lúdicas assumem papel estruturante, contribuindo para a formação de comportamentos cooperativos, criativos e resilientes. A ausência de oportunidades lúdicas qualificadas pode restringir a exploração do potencial desenvolvimental infantil (CARDOSO, 2024).

A organização psíquica infantil, por sua vez, constitui-se a partir da articulação entre plasticidade neural e vínculos afetivos. As interações precoces não apenas modulam o desenvolvimento cognitivo, mas organizam os fundamentos da subjetividade, influenciando identidade, autoestima e formas de relação com o outro. A criança que vivencia relações afetivamente responsivas desenvolve modelos internos de segurança, enquanto experiências de rejeição ou negligência tendem a gerar insegurança emocional e fragmentação psíquica, com repercussões duradouras no comportamento (SOARES, 2024; MARTINEZ, 2022).

A análise cultural evidencia que a plasticidade neural e a organização psíquica são atravessadas por práticas socioculturais específicas. No contexto japonês, a ênfase na coletividade, na disciplina e no pertencimento

social desde a primeira infância contribui para a formação de padrões comportamentais orientados pela cooperação e pelo respeito às normas. No Brasil, a diversidade de arranjos familiares e as desigualdades socioeconômicas produzem experiências infantis heterogêneas, impactando de forma desigual o aproveitamento das janelas de desenvolvimento. Essa comparação reforça que o desenvolvimento humano não ocorre em abstrato, mas em contextos históricos e culturais concretos (BEPPU; SOUZA, 2022).

A inclusão de crianças com transtornos do neurodesenvolvimento ou com altas habilidades amplia a compreensão das janelas de desenvolvimento ao evidenciar que a plasticidade neural pode ser potencializada ou comprometida conforme a qualidade das intervenções precoces. A identificação e o acompanhamento adequados durante a primeira infância possibilitam reorganizações funcionais significativas, minimizando dificuldades e ampliando potencialidades. A ausência de suporte especializado nesse período tende a intensificar desafios e limitar trajetórias futuras (ROEDER, 2020).

METODOLOGIA

O presente estudo consiste em revisão bibliográfica de abordagem qualitativa, com finalidade exploratória e analítico-interpretativa, adequada quando se busca compreender conceitos, construir categorias e aprofundar fundamentos teóricos sobre um fenômeno educacional e do desenvolvimento humano (GIL, 2008; MINAYO, 2014). A revisão bibliográfica foi adotada por permitir a sistematização crítica do conhecimento produzido, articulando diferentes perspectivas e evidenciando convergências, lacunas e controvérsias no campo investigado (LAKATOS; MARCONI, 2003).

O levantamento das publicações foi realizado em bases reconhecidas pela relevância acadêmica, incluindo SciELO, Portal de Periódicos CAPES, ERIC, PubMed e Google Scholar, combinando descritores em português e inglês por operadores booleanos, como: *plasticidade neural*, *primeira infância*, *janelas de desenvolvimento*, *interações precoces*, *vínculos afetivos*, *neuropsicopedagogia*, *neural plasticity* e *early childhood*. Para assegurar atualidade e consistência, foram priorizados estudos entre 2015 e 2025, sem excluir obras de referência quando necessárias à sustentação conceitual (GIL, 2008). Os critérios de inclusão contemplaram artigos, livros e capítulos que abordassem diretamente a relação entre desenvolvimento infantil, experiências precoces e mediações familiares/escolares; foram excluídos textos sem aderência temática, duplicados, ou que se restringissem a populações fora do recorte etário e conceitual adotado (LAKATOS; MARCONI, 2003).

A análise do material seguiu etapas de leitura exploratória, seleção, leitura analítica e síntese interpretativa, conforme procedimentos recomendados para revisões teóricas (GIL, 2008; MINAYO, 2014). Para organizar os achados, utilizou-se análise de conteúdo temática, permitindo a construção de categorias e a inferência interpretativa a partir do corpus, com

foco em eixos como plasticidade neural, janelas de desenvolvimento, regulação emocional, linguagem, funções executivas e vínculos afetivos (BARDIN, 2016). O relato do processo buscou transparência e rastreabilidade das escolhas, alinhando-se a boas práticas de revisão ao explicitar bases, descritores, critérios e procedimento analítico (GALVÃO; RICARTE, 2020).

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise dos estudos selecionados evidencia convergência teórica consistente quanto à centralidade da primeira infância como período estruturante do desenvolvimento humano, especialmente no que se refere à plasticidade neural, às janelas de desenvolvimento e à constituição dos padrões comportamentais futuros. Os primeiros anos de vida concentram processos neurobiológicos de elevada sensibilidade à estimulação ambiental, nos quais experiências afetivas, cognitivas e sociais exercem influência decisiva sobre a organização funcional do cérebro e sobre a formação do psiquismo infantil (ANGELINI, 2023; OLIVEIRA, 2024).

A plasticidade neural, intensificada na primeira infância, constitui o principal mecanismo por meio do qual as experiências precoces são incorporadas ao funcionamento cerebral. Estudos apontam que a qualidade das interações vividas nesse período — especialmente aquelas mediadas pela família — influencia diretamente a consolidação de circuitos neurais associados à regulação emocional, à linguagem e às funções executivas, competências amplamente relacionadas ao comportamento adaptativo e ao desempenho acadêmico posterior (SOARES, 2024; HENNEMANN, 2024). Essa evidência reforça a compreensão de que o desenvolvimento infantil não pode ser interpretado como processo espontâneo ou exclusivamente maturacional, mas como resultado de interações contínuas entre organismo e ambiente.

No que se refere às janelas de desenvolvimento, os autores convergem ao afirmar que determinados períodos da infância apresentam maior suscetibilidade à estimulação ambiental, especialmente para o desenvolvimento da linguagem, da autorregulação emocional e do controle inibitório. A ausência de estímulos adequados durante essas fases tende a comprometer a consolidação dessas funções, exigindo intervenções posteriores mais complexas e, frequentemente, menos eficazes (OLIVEIRA, 2024; DA SILVA MOURA; DA SILVA; MARTINS, 2020). Tal achado sustenta a relevância de políticas e práticas educativas que priorizem intervenções precoces, preventivas e intencionalmente estruturadas.

O papel central da família destaca-se como principal mediadora das experiências infantis. As práticas parentais, os estilos de comunicação e a coerência afetiva estabelecem as bases da organização psíquica e do comportamento futuro da criança. Ambientes familiares marcados por responsividade emocional, previsibilidade e vínculos seguros favorecem o desenvolvimento da empatia, da autonomia e da capacidade de enfrentamento de desafios, enquanto contextos instáveis ou negligentes

tendem a gerar dificuldades persistentes de autorregulação e adaptação social (DA SILVA MAIA, 2024; MOREIRA, 2021; FILÓ, 2024).

Outro eixo recorrente nos estudos analisados refere-se à importância das funções executivas como mediadoras entre desenvolvimento neuropsicológico e comportamento futuro. A literatura evidencia que habilidades como planejamento, flexibilidade cognitiva e controle inibitório, desenvolvidas precocemente, exercem impacto direto sobre trajetórias acadêmicas, relações interpessoais e inserção social ao longo da vida (HENNEMANN, 2024). Esses resultados reforçam a necessidade de práticas educativas que promovam autonomia, resolução de problemas e internalização de regras desde a primeira infância.

A ludicidade emerge nos estudos como estratégia privilegiada para a ativação da plasticidade neural e para a integração entre dimensões cognitivas, emocionais e sociais do desenvolvimento. O brincar é apresentado como dispositivo estruturante da aprendizagem e da organização psíquica, permitindo à criança experimentar regras, papéis sociais e emoções em contextos simbólicos seguros. A ausência de experiências lúdicas qualificadas, segundo Cardoso (2024), limita a exploração do potencial desenvolvimental infantil e compromete a consolidação de comportamentos cooperativos e resilientes.

A análise comparativa entre contextos culturais, especialmente Brasil e Japão, revela que a plasticidade neural e o aproveitamento das janelas de desenvolvimento são modulados por práticas socioculturais específicas. Enquanto o contexto japonês se caracteriza por forte ênfase na coletividade, disciplina e pertencimento social desde a primeira infância, o cenário brasileiro apresenta maior heterogeneidade de experiências, marcada por desigualdades socioeconômicas que impactam de forma desigual o desenvolvimento infantil (BEPPU; SOUZA, 2022; COSTA, 2025). Esses achados reforçam que o desenvolvimento humano não ocorre de forma homogênea, sendo atravessado por fatores históricos, culturais e estruturais.

CONCLUSÃO

A primeira infância constitui uma etapa estruturante do desenvolvimento humano, na qual a plasticidade neural e as janelas de desenvolvimento desempenham papel central na organização do comportamento futuro. As evidências apontam que experiências precoces, mediadas por interações afetivas, linguísticas e educativas qualificadas, influenciam diretamente a consolidação de circuitos neurais associados à regulação emocional, à linguagem e às funções executivas, competências fundamentais para o desempenho acadêmico, a adaptação social e a saúde mental ao longo do ciclo vital.

A centralidade da família apresenta-se como principal mediadora das experiências infantis, uma vez que práticas parentais consistentes, vínculos afetivos seguros e ambientes emocionalmente previsíveis favorecem o desenvolvimento integral da criança. A literatura indica que contextos

famíliares fragilizados, marcados por instabilidade emocional ou ausência de estímulos adequados, tendem a comprometer a organização psíquica e o desenvolvimento socioemocional, ampliando riscos de dificuldades de aprendizagem e problemas comportamentais futuros. Nesse sentido, a articulação entre família, escola e profissionais especializados emerge como eixo estratégico para potencializar o aproveitamento das janelas de desenvolvimento.

Por fim, a abordagem neuropsicopedagógica permite compreender a criticidade da primeira infância não sob uma perspectiva determinista, mas como janela de oportunidade privilegiada para intervenções qualificadas e contextualizadas. A plasticidade neural característica desse período possibilita reorganizações funcionais significativas, especialmente quando há práticas educativas intencionais, inclusivas e culturalmente sensíveis, capazes de responder às singularidades do desenvolvimento infantil.

REFERÊNCIAS

ANGELINI, A. L. **Desenvolvimento humano e plasticidade neural na infância**. São Paulo: Cortez, 2023.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BEPPU, R.; SOUZA, M. L. **Infância, cultura e educação: Brasil e Japão em perspectiva comparada**. *Revista Brasileira de Educação*, v. 27, e270045, 2022.

CARDOSO, A. R. **O brincar e o desenvolvimento socioemocional na infância**. Curitiba: Appris, 2024.

COSTA, M. P. **Políticas públicas e primeira infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2025.

DA SILVA MAIA, L. F. **Família, valores e desenvolvimento infantil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2024.

DA SILVA MOURA, A.; DA SILVA, R. S.; MARTINS, P. L. **Linguagem, desenvolvimento e intervenção precoce**. *Revista Psicologia em Estudo*, v. 25, e45812, 2020.

FILÓ, J. C. **Saúde mental infantil e contextos familiares**. Porto Alegre: Artmed, 2024.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HENNEMANN, A. L. **Funções executivas e aprendizagem na infância**. São Paulo: Pearson, 2024.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MIRANDA, T. G. **Educação inclusiva e desenvolvimento infantil**. Salvador: EDUFBA, 2021.

MOREIRA, D. A. **Competências socioemocionais na infância**. São Paulo: Summus, 2021.

OLIVEIRA, R. M. **Neurodesenvolvimento e aprendizagem na primeira infância**. Campinas: Papirus, 2024.

PIZYBLSKI, M. et al. **Neuroeducação e plasticidade cerebral**. *Revista Neurociências*, v. 28, p. 1–15, 2020.

RAYES, A. C. **Família, socialização e consciência moral**. Rio de Janeiro: Vozes, 2023.

ROEDER, C. A. **Intervenção precoce e inclusão na infância**. São Paulo: Memnon, 2020.

SOARES, E. P. **Neuropsicopedagogia e desenvolvimento humano**. São Paulo: Wak, 2024.